

# Dilema da CPI <sup>Orçamento</sup>

A CPI do Orçamento ante um dilema: ou restringe suas investigações ao farto material de que já dispõe, sujeitando-se a frustrar o anseio punitivo da sociedade — que clama por uma faxina, ampla, geral e irrestrita —, ou amplia seu raio de ação até onde avançam as denúncias.

O senador Jarbas Passarinho, presidente da CPI, teme essa segunda hipótese. E não por espírito de corpo ou solidariedade equívoca com qualquer denunciado. O receio é de que a CPI vá além de sua capacidade física de efetivamente produzir resultados no prazo disponível (com prorrogação e tudo).

E o resultado então seria mais frustração e descrédito. Faz sentido. O detalhe, porém, é que parece não haver muita alternativa. Como deixar de incluir no rol dos investigados os nomes adicionais relacionados por José Carlos? Alegar falta de idoneidade do denunciante, como tem ocorrido, não convence. Afinal, ele também não a tinha quando formulou as denúncias iniciais e mesmo assim motivou a instalação de uma CPI. Naquela ocasião, o senador Passarinho disse mais ou menos o seguinte: "Se as denúncias de um presidiário nos obrigam a instalar uma CPI, é porque a este ponto chegamos".

O diagnóstico continua atual. Alegar que ele não forneceu indícios em relação aos nomes recém-citados é igualmente contraditório. Também em suas denúncias iniciais não o fez e nem por isso suas pistas deixaram de ser seguidas e, em grande parte, confirmadas. É, pois, difícil imaginar que a eventual exclusão dessa nova lista do rol das investigações, como está planejado, sairá barato para a CPI. E não é só: a chegada de PC Farias ao Brasil e seu

já agendado depoimento à CPI indicam que novas conexões da rapina virão à tona, possivelmente com mais personagens graúdos. Haja tempo para apurar o que virá. Afinal, sabe-se que o eixo central da gatinagem está no Executivo, que tem o poder de liberar recursos. O Legislativo apenas os programa. A verba está no Executivo. E até aqui as denúncias cuidaram quase exclusivamente do Legislativo. Somente agora começa ser levantado o véu das conexões com o DNER, DNOCS, Ministério da Integração Regional e Ministério do Bem-Estar Social, apontado também por José Carlos. PC, como se sabe, reinou nesse submundo, agindo sempre em nome do presidente da República, fonte de sua influência e prestígio. Afinal, não era parlamentar, ministro ou sequer funcionário público para andar com tamanha desenvoltura nos gabinetes mais reservados de Brasília. Só o fazia porque, atrás de si, havia a chancela presidencial. Isso era público e notório naqueles dias e levou Collor ao impeachment.

A chegada de PC consolida a tese de vinculações entre Executivo e Legislativo no assalto aos cofres públicos. Convém lembrar que, ao tempo da CPI do PC, essa vinculação já fora estabelecida pelo próprio Banco Central que remeteu ao Congresso um pacote de cheques do Esquema PC, onde grande parte era destinada a parlamentares. Prudentemente, o Congresso devolveu essa parte. Mas ficou o registro, para ser lembrado agora, na segunda etapa da faxina. A CPI, em suma, terá que encontrar um meio de quintuplicar sua produtividade, porque, como se vê, assunto é que não falta. E nenhum é supérfluo.